

## Cobertura de seguros da Copa de 2026 é posta à prova por riscos geopolíticos, ciberataques e efeitos transfronteiriços

**Disputada em três países e 16 cidades, a Copa amplia a exposição a violência política, exclusões cibernéticas e conflitos de jurisdição, transformando o torneio em um laboratório global para seguros de eventos, PVT e cyber**

- A Copa do Mundo de 2026 é, ao mesmo tempo, a mais espalhada geograficamente e uma das mais desafiadoras para o mercado de seguros.
- Disputada em três países, com 16 cidades-sede e um ambiente geopolítico mais volátil, ela transforma o programa de seguros do torneio em um caso emblemático de riscos transfronteiriços, violência política e exclusões cibernéticas que extrapolam a lógica tradicional de “evento em um único país”.

### Um megaevento maior, mais longo e mais exposto

Segundo estudo encomendado pela Fifa à consultoria OpenEconomics e divulgado em parceria com a Organização Mundial do Comércio, a Copa do Mundo de 2026 deve receber cerca de **6,5 milhões de torcedores** e gerar até **US\$ 40,9 bilhões de impacto no PIB global**, considerando efeitos diretos e indiretos nos três países-sede. Com 48 seleções e partidas em Estados Unidos, Canadá e México, o torneio rompe o paradigma de uma competição centralizada em um único território.

Do ponto de vista de risco, essa expansão tem dois efeitos principais:

- aumenta a complexidade logística, regulatória e de segurança em três jurisdições diferentes, com regras de responsabilidade civil, padrões de segurança e sistemas jurídicos próprios;
- multiplica as possibilidades de **“efeitos em cascata”**: um incidente grave em um país pode afetar deslocamentos, reservas, transmissões e receitas em arenas de outra nação anfitriã.

Para seguradoras, resseguradoras, patrocinadores e organizadores locais, esse desenho exige uma engenharia de coberturas que vá além da fórmula “apólice-mãe + extensões pontuais”.

### Quem compra seguro na Copa: do organizador ao hotel

Especialistas em seguros de eventos costumam dividir os compradores em camadas. Na Copa, essa lógica se repete e ganha escala:

- a própria **Fifa**, com um programa global de seguros para o torneio;
- os **comitês organizadores locais** em cada país;
- estádios e arenas que recebem jogos;
- além de **emissoras de TV, plataformas de streaming, empresas de hospitalidade, hotéis, operadores de turismo e patrocinadores**, que contratam coberturas específicas para suas exposições.

Boa parte do seguro de contingência de grandes torneios ainda é colocada no **mercado de Londres**, com papel central da Lloyd's e de resseguradores globais, especialmente em riscos como **cancelamento de evento, terrorismo, violência política e prêmios**. Esse mercado já acumula experiência em eventos como Copas anteriores, Olimpíadas e grandes turnês internacionais, mas a geografia tripartite de 2026 adiciona novas camadas de incerteza contratual.

### Contingência: cancelamento, interrupção e “não comparecimento”

O **seguro de contingência** é o núcleo da proteção para megaeventos esportivos. Ele costuma

cobrir:

- **cancelamento, adiamento, abandono ou interrupção** do evento ou de partidas específicas por causas externas e inevitáveis;
- **perda de receita** associada a ingressos, hospitalidade, patrocínios e direitos de mídia;
- em alguns casos, **não comparecimento** de equipes ou artistas, quando o risco é um acidente, interrupção de viagem ou outro fato coberto.

No contexto da Copa de 2026, corretores relatam que a contratação está mais fragmentada:

alguns atores buscam **cobertura jogo a jogo**, olhando para o risco individual de cada partida;

outros focam em **coberturas para o torneio como um todo**, priorizando cenários extremos (cancelamento ou abandono completo);

há ainda apólices desenhadas para cobrir **não comparecimento de seleções específicas**, seja por incidente aéreo, perturbação em rotas ou emergências sanitárias.

Essa granularidade reflete tanto a diversidade de exposições quanto o apetite de risco e o custo dos prêmios em um ambiente global mais instável.

### **Violência política, terrorismo e riscos transfronteiriços**

Se em Copas anteriores o foco estava concentrado em terrorismo e desastres naturais, em 2026 o pacote de riscos “humanos” se ampliou. Relatórios do mercado britânico apontam que **violência política, terrorismo, distúrbios civis e greves** vêm ganhando peso crescente em programas de seguros para eventos globais.

Entre os fatores que elevam a preocupação:

- tensões trabalhistas e protestos em cidades mexicanas e norte-americanas;
- **violência de cartéis no México** e seus impactos em rotas de transporte, cadeias de suprimento e percepção de segurança;
- efeitos indiretos de conflitos no Oriente Médio e em outras regiões, que podem desencadear manifestações ou ameaças em países-sede;
- ambiente polarizado em torno de temas migratórios e de segurança em parte dos Estados Unidos.

Para patrocinadores e parceiros comerciais, isso se traduz em maior demanda por **seguros de Political Violence and Terrorism (PVT)**, cobrindo não apenas atos terroristas clássicos, mas também **greves, tumultos, revoltas, ações de “active assailant” e interrupções de negócios associadas**.

A estrutura tridimensional do torneio também complica a redação de cláusulas: um ato de violência ou protesto em um país pode provocar adiamento, deslocamento ou queda de público em jogos de outro país, o que levanta questões sobre **gatilhos de cobertura e limites geográficos**.

### **Cyber: exclusões amplas e coberturas ainda em construção**

Outro eixo de preocupação é o **risco cibernético**. Grandes eventos dependem intensamente de:

- sistemas de bilhetagem eletrônica;
- controle de acesso e segurança;
- plataformas de streaming e transmissão;
- meios de pagamento digitais;
- infraestrutura de telecomunicações e dados.

Ao mesmo tempo, circulares recentes da Lloyd's e da LMA exigem que apólices deixem de forma **explícita** se cobrem ou excluem perdas decorrentes de cyber, forçando o mercado de **event cancellation** a tomar posição. Muitas seguradoras, diante do caráter sistêmico de um grande ataque cibernético, optaram por exclusões amplas ou por sub-limites, tratando cyber como exposição separada.

Na prática, isso gera um mosaico:

- apólices de contingência que **excluem cyber** ou oferecem coberturas muito restritas;
- programas específicos de **cyber insurance**, com foco em danos próprios (interrupção de sistemas, resposta a incidentes, multas regulatórias) e responsabilidade frente a terceiros;
- debates sobre se e como um ataque massivo a sistemas de bilhetagem, por exemplo, poderia acionar coberturas de cancelamento, cyber, D&O ou até de guerra cibernética, dependendo da atribuição do ataque.

Para 2026, o mercado encara a Copa como um “teste” de como esses arranjos funcionarão diante de uma combinação de **alta visibilidade, forte digitalização e clarificação recente de exclusões cibernéticas**.

### **Prêmios, responsabilidade civil e outras coberturas “adjacentes”**

Além de contingência, PVT e cyber, a Copa mobiliza uma série de outras linhas de seguros:

- **property e engenharia** para os estádios e estruturas temporárias;
- **responsabilidade civil geral** de organizadores, operadores de arenas e prestadores de serviços;
- **indenização por prêmios** (prize indemnity), contratada para proteger quem oferece prêmios de grande valor em promoções e ações de marketing vinculadas ao torneio;
- **acidentais pessoais e saúde** para equipes, staff, voluntários e, em alguns casos, torcedores;
- **seguro viagem** e coberturas especiais para multidões de turistas internacionais.

Relatórios de Copas anteriores estimam que o valor total segurado de um torneio dessa magnitude pode alcançar dezenas de bilhões de dólares, somando risco de estádios, receitas, responsabilidades diversas e coberturas específicas de terror, sequestro e cyber.

### **Complexidade regulatória e coordenação entre jurisdições**

Disputar uma Copa em Estados Unidos, Canadá e México significa lidar com **três sistemas jurídicos e regulatórios distintos**, além de múltiplos níveis subnacionais (estados, províncias, municípios). Isso afeta diretamente:

- exigências de **seguro obrigatório** para locais e organizadores;
- padrões de segurança exigidos por autoridades locais;
- regimes de responsabilidade civil e limites de indenização;
- regimes tributários e de supervisão de seguradoras e resseguradoras.

Corretoras globais e departamentos jurídicos precisam alinhar wording de apólices e estruturas de programas multinacionais com as exigências locais, garantindo que não haja “lacunas” entre o que está coberto em um país e o que acontece, na prática, em outro. A possibilidade de sinistros com efeitos transfronteiriços (por exemplo, um grande protesto no México que altera logística e faturamento de jogos nos EUA) torna esse trabalho de coordenação particularmente delicado.

### **O que a Copa de 2026 antecipa para o mercado de seguros de eventos**

Para o mercado global de seguros e resseguros, a Copa do Mundo de 2026 funciona como um laboratório em escala real. As principais tendências que o setor pretende observar incluem:

- **como o aumento da violência política e da instabilidade geopolítica se traduzirá em demanda e precificação** de PVT;
- de que forma as **exclusões cibernéticas recentemente formalizadas** em apólices de property e contingência influenciarão a estruturação de programas específicos de cyber;
- até que ponto os **riscos transfronteiriços** de um evento em múltiplos países exigirão wordings mais harmonizados e produtos multinacionais desenhados sob medida;
- a resposta de patrocinadores, organizadores e parceiros, que podem passar a exigir **maior clareza de cobertura, flexibilidade de gatilhos e soluções paramétricas** para riscos de cancelamento e interrupção.

Com início marcado para 11 de junho de 2026, no Estádio Azteca, na Cidade do México, a Copa entra em campo não apenas como espetáculo esportivo, mas como um grande teste de capacidade do mercado segurador mundial de lidar com riscos cada vez mais interligados – geopolíticos, tecnológicos, climáticos e regulatórios.

Se a tendência se confirmar, futuros megaeventos deverão ser planejados desde o início com equipes multidisciplinares de risco, combinando especialistas em seguros de contingência, PVT, cyber, direito internacional e compliance, capazes de desenhar coberturas que enxerguem além das linhas do gramado.

---

## **Conversa Segura T4#24 | Seguros e financiamento climático: tornando a restauração um investimento**

No episódio que encerra a quarta temporada do Conversa Segura, do canal SeguroPod, a jornalista Leila Sterenberg reúne duas referências internacionais para discutir como seguros, finanças e soluções baseadas na natureza podem acelerar a adaptação climática e impulsionar projetos de restauração ambiental em larga escala.

Participam desta edição Swenja Surminski, diretora global de Clima e Sustentabilidade da Marsh McLennan, e Quentin Franque, diretor de Marketing, Comunicação e Relações Públicas da Morfo, empresa especializada em restauração de ecossistemas florestais.

Gravado durante a COP30, em Belém, o episódio mostra como a agenda de natureza deixou de ocupar um espaço periférico nas negociações climáticas para se tornar uma das principais apostas na construção de resiliência diante do avanço dos eventos extremos.

Ao longo da conversa, os convidados exploram como o setor segurador pode contribuir para reduzir incertezas, ampliar a confiança dos investidores e tornar projetos ambientais mais viáveis econômica e financeiramente.

Entre os temas abordados estão:

- Como soluções baseadas na natureza podem ajudar a enfrentar enchentes, secas, ondas de calor e riscos costeiros.
- O uso de seguros para apoiar projetos de reflorestamento, agricultura regenerativa e infraestrutura verde nas cidades.
- O conceito de "segurabilidade" como fator decisivo para atrair investimentos e ampliar a resiliência de empresas, comunidades e governos.
- Os desafios para aumentar a confiança nos mercados de carbono, reduzindo riscos associados a fraudes, falhas de monitoramento e problemas de governança.
- Como tecnologia, ciência e inteligência artificial estão sendo utilizadas para planejar florestas mais resilientes às mudanças climáticas.
- A experiência da Morfo na restauração de ecossistemas nos biomas Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado.
- O projeto Amazônia 500, desenvolvido em parceria com a Prefeitura de Belém, que combina restauração florestal, agrofloresta e geração de renda para comunidades locais.

Ao trazer exemplos concretos do Brasil e de outros países, o episódio mostra que proteger a natureza não é apenas uma necessidade ambiental, mas também uma estratégia de gestão de riscos, desenvolvimento econômico e promoção do bem-estar coletivo.

A conversa reforça que a construção de um futuro mais resiliente depende da capacidade de conectar diferentes atores — seguradoras, investidores, empresas, governos, cientistas e organizações da sociedade civil — em torno de soluções que sejam tecnicamente robustas, financeiramente sustentáveis e socialmente inclusivas.

No encerramento da temporada, fica uma mensagem clara: diante da intensificação dos riscos climáticos, restaurar ecossistemas e fortalecer mecanismos de proteção deixou de ser uma opção. Tornou-se parte essencial da construção de economias mais seguras, cidades mais adaptadas e sociedades mais preparadas para os desafios do século XXI.

[YouTube](#) - [Spotify](#)

**Fonte:** CNseg, em 16.06.2026